

setembro / 2021

GRAMSCHE

Jornal

O TRABALHO DOCENTE

Os desafios
enfrentados pelos
professores na
pandemia

A ATUALIDADE

Uma discussão
geográfica e social

"A ELITE DO ATRASO"

Da escravidão à
Bolsonaro

VARAL DE POESIA

Suicídio Social

1ª EDIÇÃO

► EXPEDIENTE

Rosa Maria Micchi

Coordenadora

Júlio Cesar Zandonadi

Coordenador

Ricardo Rodrigues A. Lima

Coordenador

Heloísa Valim

Bolsista

Yasmin Peres

Bolsista



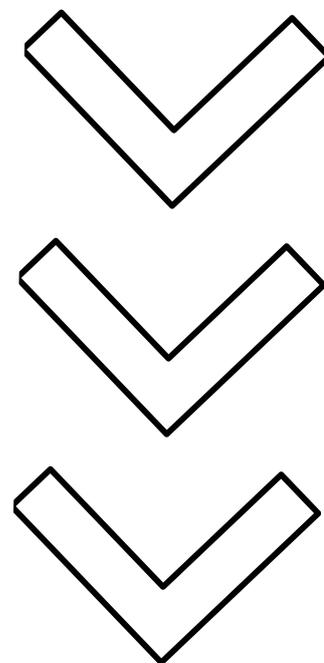
GRAMSCHE



<u>Editorial</u>	03
O trabalho docente e seus desafios	05
Entrevista com Neusa Dal Ri	
<u>A herança de Antonio Gramsci</u>	09
Entrevista com Deise Rosálio	
Fala estudante! Pandemia de COVID-19 e a epidemia do Ensino Remoto	14
Por Rainele Santos	
<u>Resenha crítica de “A elite do atraso”, de Jessé de Souza</u>	18
Por Vitória Barca	
<u>Pintando Mapas e Geografia(s)</u>	23
Coluna por Júlio César Zandonadi	
<u>Teatro do Ego</u>	29
Coluna por Victor Lomnitzer	
<u>Nossa herança</u>	32
Coluna por Ricardo Rodrigues A. Lima	
<u>Observatório do Mundo do Trabalho</u>	38
<u>Varal de Poesia</u>	40

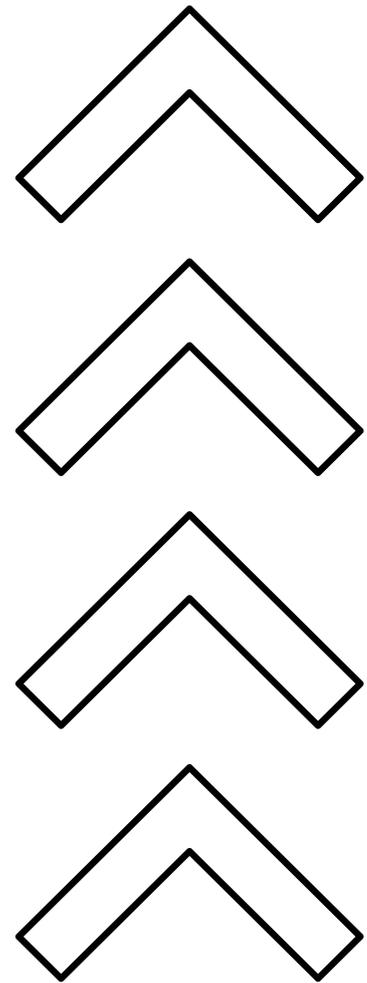
edi torial

Caras leitoras e leitores, vem a público o Jornal do Gramsche. Ele é fruto de um projeto destinado à produção coletiva de um jornal digital acadêmico voltado à divulgação da produção científica, filosófica, político-cultural e prático-pedagógica do Grupo de Análises Multidisciplinares em Ciências Humanas e Espaciais (GRAMSCHE – IFSP) e de seus colaboradores, de estudantes da instituição a intelectuais acadêmicos e personalidades da cultura. Seu papel é o de servir como instrumento para a circulação abrangente da produção acadêmica de nosso grupo de pesquisa e de seus interlocutores, tendo como público-alvo estudantes, docentes e técnicos-administrativos do IFSP e demais segmentos da sociedade civil vinculados à educação e ao mundo do trabalho. Sua forma de realização é coletiva e com o objetivo de fortalecer o diálogo entre nossa instituição (IFSP) e a sociedade.



Este jornal vem a público num momento dramático de nossa história, em que milhares de pessoas no país e pelo mundo afora lutam por trabalho e por sua sobrevivência em casa, nas ruas e nos hospitais. Há uma crise que se manifesta em várias dimensões: econômica, social, sanitária, política e ecológica. Todas interligadas, pois a crise é estrutural e mundial. Na área da educação, a realidade do trabalho e ensino remotos tornou mais nítida a desigualdade de condições que separa as classes sociais no país e aprofundou a precarização tanto do trabalho docente e técnico-administrativo quanto da formação dos estudantes.

O atual quadro demonstra com clareza a importância das ações e práticas de solidariedade e de ampla divulgação das conquistas científicas e culturais da humanidade para a solução coletiva de problemas urgentes. Tal constatação parece trivial, mas não em uma realidade contraditória como a brasileira. Se a garantia pelo mínimo de dignidade à população exige ampliação das políticas públicas de combate à desigualdade social, universalização do acesso à alimentação, saúde, educação e trabalho, o inverso é que é perseguido obstinadamente por nossas classes dominantes. Se a ampla divulgação do conhecimento científico é mais do que necessária para a prevenção e imunização da população frente o coronavírus, as *fakenews* são transformadas em instrumentos necessários de desinformação e despolitização, inclusive por agentes do poder público.



Frente a isso, nosso jornal é apenas um veículo a mais na batalha das ideias em favor de um projeto democrático para a sociedade realizado a partir do mundo do trabalho e que valoriza o papel insubstituível da educação pública na formação de um ser humano emancipado da barbárie.

Para nos ajudar a entender um pouco mais sobre o quadro geral das condições de trabalho dos educadores no país, convidamos a Professora Dra. Neusa Dal Ri, livre-docente III da Unesp/Campus de Marília e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia para falar conosco a respeito do tema



ENTREVISTA DO *EDUCAÇÃO EM DEBATE*

O TRABALHO DOCENTE E SEUS DESAFIOS

COM A PROFESSORA DRA. NEUSA DAL RI

➔ **Professora Neusa Dal Ri, para situarmos os leitores do Jornal do Gramsche em relação à sua atuação como docente e pesquisadora, gostaríamos que nos falasse um pouco sobre sua produção científica e também a respeito de suas investigações acerca da precarização do trabalho docente.**

Em primeiro lugar, agradeço ao convite que me foi feito pelo Grupo de Pesquisa e Jornal do Gramsche para este diálogo, e parabeno os participantes pelo trabalho com o Jornal. Do meu ponto de vista, é muito importante, em especial no grave momento que estamos vivendo de crise sanitária e política, que as comunicações críticas se ampliem e possam atingir um público maior. Desejo sucesso ao projeto.

Iniciei minha carreira na UNESP, Campus de Marília, na década de 1990. Sempre participei tanto dos órgãos colegiados da Faculdade e da Universidade, como do sindicato de docentes Associação dos Docentes da UNESP (ADUNESP). Fui presidente da ADUNESP Local nos anos de 1991 a 1995, e estudei no doutorado a autonomia universitária, gestão democrática e os sindicatos das Universidades Estaduais Paulistas (UNESP, USP, UNICAMP).

Minhas pesquisas sempre estiveram voltadas para o estudo da escola e universidade públicas e para a educação democrática de movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil e o Movimento Zapatista do México.

Em 2004, iniciei estudos sobre a gestão democrática na escola pública.

Em 2008, ao realizar meu primeiro Pós-Doutorado na Universidade do Minho, Portugal, iniciei estudos sobre a gestão democrática na escola pública do Brasil e Portugal. Essas pesquisas evoluíram para o estudo da precarização do trabalho docente, já que observei similaridades entre o que ocorria em Portugal e no Brasil, a partir da aplicação, pelos governos dos países, das políticas neoliberais na área da educação. Assim, que estudo essa temática há cerca de dez anos.



↳ **Pensando um pouco mais sobre o tema da precarização do trabalho docente e sua abordagem pelos pesquisadores que tem acompanhado, o que considera terem sido as principais constatações sobre o tema alcançadas nos últimos anos?**

Há várias constatações, mas vou citar apenas as principais.

A primeira constatação, de cunho geral, é que **o trabalho assalariado, um dos pilares do capitalismo, já nasceu precário.**

Para lutar contra a exploração e as condições precárias de trabalho e vida, os trabalhadores criaram suas entidades, ainda no sec. XIX, dentre elas, o sindicato.

Após os anos de 1970, e na América Latina nos anos de 1990, o capital, para tentar sair da crise estrutural, iniciou progressivamente uma nova onda de precarização do trabalho, com a aplicação das políticas neoliberais, que vem atingindo todos os segmentos e setores de trabalhadores, tanto do trabalho manual, como do intelectual e, dentre eles, o trabalho docente.

Em relação ao trabalho docente, a precarização se desdobra em: rebaixamento ou arrocho salarial; flexibilização do trabalho; precarização da formação e da carreira docentes; agudização da alienação no trabalho; e perda do controle sobre o processo de trabalho.

No Brasil foram realizadas, a partir dos anos de 1990, várias reformas educacionais neoliberais. Uma das consequências das reformas foi e está sendo a progressiva precarização do trabalho e da carreira docentes. A formação docente foi aligeirada, os salários totalmente rebaixados e as tarefas e demandas para a profissão aumentaram enormemente. Além disso, **o docente vem perdendo progressivamente a capacidade de tomar decisões sobre o seu trabalho**, já que tanto os conteúdos (o que ensinar), como as maneiras de ensinar (como ensinar) vêm previamente determinados pelas secretarias de educação.

↳ **Professora Neusa Dal Ri, e o trabalho docente durante a pandemia do Coronavírus? Sabemos que ainda é cedo para conclusões, mas como entende a situação do trabalho docente diante desta nova circunstância?**

Com a pandemia, todos os problemas enfrentados pelos docentes se agravaram. O montante de trabalho triplicou, deixando os professores exaustos.

Embora o trabalho remoto seja a única forma de dar continuidade ao ensino-aprendizagem durante a pandemia, em todos os níveis, não houve ações mais contundentes dos governos municipais, estaduais e



e federal para criar as condições necessárias para que esse tipo de trabalho ocorresse da melhor forma.

Na maioria das vezes, os equipamentos e demais apetrechos (internet, etc.) necessários para viabilizar o trabalho remoto tiveram que ser providos pelos próprios professores e alunos. Porém, é consabido que a maioria dos alunos/as das escolas públicas não possui as condições financeiras para prover as condições necessárias para o ensino remoto. Quando se trata de escolas do campo, onde a internet, quando existe, é bastante instável, os problemas se agravam.

A discussão sobre as consequências negativas para o ensino aprendizagem e para a saúde dos professores ainda precisa ser aprofundada. Mas, há uma grande parte dos alunos que se afastaram da escola, ou seja, **o índice de evasão é muito alto, em todos os níveis de ensino. Essa talvez seja a principal consequência.**





Um de seus temas de estudo como docente e pesquisadora da Unesp, Campus de Marília, está ligado à organização da classe trabalhadora, como nos estudos que fez sobre a atuação do sindicato de docentes da Unesp, a ADUNESP. Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre a atuação dos sindicatos da área de educação no enfrentamento das situações relatadas até aqui em nossa entrevista.

Acompanho a atuação dos sindicatos das Estaduais Paulistas, em especial da ADUNESP, desde os anos de 1990, como observei anteriormente. Também estudei e continuo estudando a atuação da APEOESP, sindicato dos professores de São Paulo.

São sindicatos muito ativos e combativos. Como qualquer sindicato, independente do segmento de trabalhador representado, as principais lutas encaminhadas são as que dizem respeito à melhoria das condições de trabalho e por salários dignos, ou seja, a luta econômica. Historicamente, essa é a principal função que os sindicatos vêm cumprindo.

No entanto, em relação aos sindicatos que nomeie devo acrescentar que também sempre se preocuparam com a luta política. Em primeiro lugar, em discutir e propagar um projeto de universidade pública muito diferente daquele que os governos neoliberais vêm, aos

poucos, implantando no ensino superior. O ANDES, que é o sindicato nacional dos docentes do ensino superior, discutiu, elaborou e divulgou um projeto para a universidade pública, autônoma, democrática, laica e de qualidade.

Dentre as lutas políticas destaco a defesa da escola e universidade públicas; pela democratização dos órgãos colegiados, com distribuição do poder e participação dos segmentos da comunidade universitária e escolar; por eleições diretas e paritárias de reitores, diretores etc., e, sobretudo, pelo compromisso social com a ampla maioria da população.

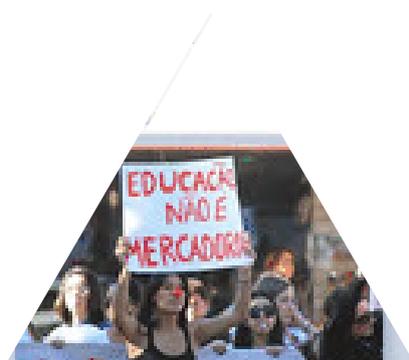
Nos últimos tempos, com o crescimento da ideologia e da aplicação das políticas neoliberais, que atingem todos os níveis de ensino, **creceu também, enormemente, a propaganda e os ataques contra os sindicatos.** Os meios acadêmicos não ficaram isentos, e as consequências são visíveis.

Mesmo nas universidades, nas quais se imagina que, por se tratar de um trabalho intelectual, os membros da comunidade deveriam ter, ao menos, bom senso, isso não ocorre. E não ocorre porque a luta de classes se dá em todos os espaços da vida, em especial no do trabalho.

Assim, que a direita e extrema direita, também instaladas nas universidades, têm dificultado bastante os trabalhos dos sindicatos.



Mais do que isso, temos assistido ataques diretos aos membros das diretorias dos sindicatos, aliás, como ocorreu na minha Unidade Universitária recentemente. Em 2019, o presidente da ADUNESP Local sofreu processo administrativo, movido pelo Diretor, por, pasmem, ter feito política durante a campanha para eleições da Diretoria Geral da Faculdade. Não há nenhuma legislação, seja interna à UNESP, ou do estatuto do servidor estadual que proíba os docentes de fazerem política durante eleições. Ao contrário, esse é um procedimento mais do comum e um direito de qualquer cidadão. Mas, o docente presidente foi punido por isso. Esse é o clima que vivemos hoje na universidade.





→ E com relação à defesa da educação pública no país de modo geral, em sua opinião quais os principais desafios a enfrentar na conjuntura atual?

Sem dúvida, o principal desafio é barrar as progressivas privatizações que estão ocorrendo por dentro das escolas e universidades públicas.

Aliás, os desafios seriam dois, garantir o acesso total das populações à educação pública e com qualidade, em todos os níveis de ensino, e barrar as privatizações.

Aqui também a resposta seria longa, mas tentando simplificar, eu diria que está em curso, já há anos, o que se agravou muito depois do golpe contra a presidenta Dilma, um verdadeiro desmonte das instituições públicas do Estado, em especial aquelas ligadas à educação. Os recorrentes cortes de verbas para a educação, levando à precarização das instituições, as salas de aulas repletas de alunos, a extensão sem limites da jornada de trabalho, o rebaixamento constante dos salários, a precarização da formação docente, o crescente aumento das instituições privadas em detrimento das públicas, a falta de democracia nas escolas e universidades, os projetos e reformas educacionais que são implantados sem nenhuma discussão com as comunidades acadêmicas, dentre outros, são as principais formas de desmonte das instituições educacionais públicas.

Além disso, os constantes convênios público-privados e projetos que adentram as escolas públicas, como, por exemplo, o empreendedorismo, o protagonismo juvenil, a escola sem partido, as escolas militarizadas, o agronegócio, dentre outros que eu poderia citar, levam para os alunos a ideologia e o disciplinamento nos valores liberais e neoliberais, valores totalmente estranhos e contrários aos interesses da classe trabalhadora. A escola está perdendo o seu espaço de formação científica e crítica para que os alunos possam mais bem interpretar e atuar na realidade social. Com as reformas, como, por exemplo, a recente realizada no ensino médio, os alunos estão perdendo o espaço de ampliação do conhecimento científico, em especial na área de ciências humanas. E com os projetos e convênios que citei, as mentes e corações dos alunos estão sendo capturados por uma ideologia e formação para futura atuação no mercado de trabalho, com posturas e posições contrárias aos seus próprios interesses, enquanto classe social.

São muitos os desafios que temos que enfrentar.



→ Professora Neusa Dal Ri, agradecendo muito por sua contribuição ao nosso Jornal, que recado final gostaria de deixar às nossas leitoras e leitores da comunidade do IFSP?

Na atual conjuntura de crise política e sanitária que estamos vivendo, o recado só poderia ser um: **FORA governo Bolsonaro, genocida e corrupto.**

São 560 mil mortes pela covid-19 - índices oficiais, que os pesquisadores apontam como subestimados - consequência do negacionismo, da incompetência e do desprezo pela vida.

Desmonte, fragmentação e venda de todo o patrimônio público dos brasileiros - as estatais-, nem posso dizer a preço de banana, já que a fruta está a 8,00 reais o quilo, mas a preços módicos para corporações e outros grupos privados.

Destruição dos direitos dos trabalhadores por meio de reformas, como as da previdência e trabalhista. Destruição dos serviços e dos servidores públicos.

Assassinatos e ataques aos povos do campo e indígenas, queimadas e desmatamentos na Amazônia.

Disseminação e doutrinação das populações nos valores machistas, homofóbicos, racistas e nazistas.

Nível de corrupção nunca visto antes no país.

Eu poderia continuar indicando outros tantos malefícios para o povo brasileiro, mas já é suficiente. Nosso maior desafio neste momento é lutar e fazer cair esse governo reacionário e genocida.

Por último, agradeço mais uma vez o convite e a oportunidade de realizar esse diálogo com o Jornal e seus leitores e leitoras. Obrigada.

ENTREVISTA DO *EDUCAÇÃO EM DEBATE*

ANTONIO GRAMSCI

A HERANÇA

COM A DRA. DEISE ROSÁLIO SILVA

*O ITALIANO ANTONIO GRAMSCI (1891-1937)
FIGURA ENTRE OS INTELLECTUAIS DE MAIOR
INFLUÊNCIA NA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA
DAS ÚLTIMAS DÉCADAS. FOI REFERÊNCIA NAS
LUTAS PELA DEMOCRACIA E NA REFLEXÃO SOBRE
AS RELAÇÕES ENTRE DEMOCRACIA E
SOCIALISMO.*



No entanto, nos últimos anos, sua obra tem sido alvo de ataques virulentos promovidos por forças de extrema-direita. Para entendermos um pouco mais sobre a trajetória e as ideias deste importante pensador, convidamos a Dra. Deise Rosálio Silva (UFMG) e autora de *O lugar da educação em Gramsci* (Appris, 2020).

Professora Deise, para situarmos os leitores do *Jornal do Gramschi* em relação à sua atuação como docente e pesquisadora, gostaríamos que nos falasse um pouco a respeito de sua produção e de seu caminho a Gramsci.

A primeira vez que ouvi falar de Gramsci, aliás, que li uma referência ao seu nome foi em um livro indicado pela professora de Filosofia da Educação, o livro não era sobre ela, mas fazia uma referência e me deixou intrigada em conhecer mais sobre esse autor que tinha se debruçado a pensar e agir sobre as injustiças do mundo. Fiz a graduação em Pedagogia trabalhando e, por incrível que pareça, **em nenhuma aula de nenhuma disciplina do curso da graduação ouvi menção alguma ao Gramsci**. Decidida a tentar o mestrado, resolvi que meu projeto de pesquisa seria sobre o pensamento de Gramsci. No início desse caminho, o primeiro pontapé nessa trilha de estudos foi através de um curso livre ofertado pelo Lincoln Secco, professor de História da USP. O curso foi interrompido pela greve, necessária a luta dos docentes e alunos, mas foi muito proveitoso no tempo que durou e a semente para começar a caminhar havia sido plantada.

Entre nossos leitores há muitos estudantes do ensino médio ao superior que fazem grande esforço para garantir sua educação e elevar seu nível cultural. Poderia nos falar um pouco sobre o esforço de Gramsci por sua própria educação durante a adolescência e juventude?

Gramsci nasceu em Ales, na Sardenha, tida como ilha atrasada, de condição humilde, passou por muitas privações econômicas, ainda mais depois da prisão de seu pai sob acusação de fraude administrativa. Além das fragilidades também de saúde. Com muito esforço conseguiu ir para Turim estudar literatura, havia ganhado um prêmio que possibilitou essa ida, mas a condição financeira era bem difícil, e de saúde também delicada, passou por inúmeras dificuldades que o impediram de concluir o curso, mas foi lá em Turim que se aproximou dos movimentos operários de fábrica, que ganhou corpo sua atuação jornalística e militância política que jamais findaram.

Poderia nos dizer algo sobre o sistema educacional na Itália no início do século 20 e a proposta de Gramsci sobre a escola unitária? Esse é um tema importante aqui nos Institutos Federais e nos debates sobre a relação entre trabalho e educação.

O advento do fascismo traz modificações profundas em toda organização social e entre as primeiras medidas estava a reforma educacional, conhecida como Reforma Gentile e, apontada pelo próprio Mussolini, como a mais fascista das reformas. **Implementada entre 1922 e 1923, essa reforma aprofundava enormemente a cisão entre a formação de ricos e pobres**. No ensino médio, a separação entre instrução clássica, técnica e normal é aprofundada. A instrução clássica voltada ao preparo para a Universidade, a instrução técnica visava a capacitação para determinadas profissões e a instrução normal destinava-se à



A escola de Gramsci



formação de professores para a escola primária. A extinção de disciplinas estruturantes, como gramática, latim e filosofia, o rebaixamento curricular, inclusive do ponto de vista técnico, com a deterioração da Escola Técnica, para meros cursos complementares, a criação do Liceu feminino, destinado ao ensino de “bons modos” para as moças que não precisavam se preocupar com o saber ou com o trabalho e a criação do Liceu Científico, destinado a absorver grande parte dos alunos e, assim, preservar o antigo Liceu clássico como um “cenáculo de elites intelectuais”, foram algumas marcas do período. Além disso, a reforma divide as universidades italianas em duas categorias: as públicas, que recebiam financiamento diretamente do Estado e as universidades que tinham financiamento misto, parte estatal e parte privada. Aumenta de 3 a 5 vezes o valor da taxa de inscrição, limitando vigorosamente as inscrições dos jovens das classes populares, acarretando uma diminuição na população estudantil como um todo, que atingiu com maior peso alguns cursos, como engenharia e ciências naturais, que ultrapassaram “40% de diminuição de estudantes”.

Gramsci desenvolve suas reflexões sobre a escola em resposta a esse contexto. Sua defesa por uma que não tivesse nenhuma distinção entre a formação oferecida para abastados e para as classes populares, que fosse pública, gratuita, laica, respondia a sua compreensão de que o processo educativo deve ser vasto e sério. **Ele vai defender como máxima uma escola única de cultura geral humanística, que agregue uma etapa ativa (educação infantil e ensino fundamental) e criativa (ensino médio), que tenha o trabalho como princípio educativo, mas não no sentido de emprego e sim no sentido ontológico mesmo**, daquilo que nos constitui como humanos, que nos faz capaz de pensar, projetar e atuar no mundo. Por isso defende uma escola plena de historicidade e noções concretas, que aborde noções de direitos e deveres desde o ensino mais elementar, que explore o equilíbrio da capacidade de trabalhar manualmente e intelectualmente, visando à formação integral dos sujeitos. Exatamente por esse motivo, se mostrava contrário a uma formação que fosse imediatamente profissional, utilitarista.

E o Gramsci vai defender que trabalho pedagógico não pode eximir-se de intencionalidade, pela tarefa que dispõe na

preparação dos indivíduos para a autonomia intelectual e prática. Nem o conhecimento nem a autonomia são inatos. A autodisciplina intelectual e autonomia moral só podem emergir depois de um longo trabalho de acúmulo de noções e conceitos. Por isso, o ensino não pode ser relegado ao espontaneísmo. A ausência de diretividade na prática significa a renúncia a educar os sujeitos. Gramsci vai nos falar, inclusive, da importância de hábitos disciplinares de estudo, que certa dose de disciplina é condição necessária a aprendizagem, porque a disciplina não anula a personalidade e liberdade, ao contrário, é necessária para construção da autonomia.

↳ **Um dos pontos importantes da reflexão de Gramsci a respeito da educação é sobre a relação entre mestre e aluno, educador e educando. Gostaríamos que abordasse este ponto da obra de Gramsci.**

Para Gramsci, a educação não pode se dar de modo receptivo. É importante o desenvolvimento de um espírito investigativo científico, que os alunos participem ativamente, de modo crescente, em toda a sua trajetória escolar, ampliando a responsabilidade e autonomia. E não só na Universidade se faça pesquisa.

Embora Gramsci entenda que a relação de ensino e aprendizagem é bilateral entre docente e discente, ou seja, ambos ensinam e aprendem, o professor assume papel insubstituível, enquanto intelectual que realiza o nexo entre os conhecimentos historicamente acumulados e as situações concretas. É sua tarefa problematizar e fomentar a visão crítica dos alunos, propiciando novas leituras da realidade, **mas sem desconsiderar o saber popular, ao contrário,**

sempre partindo do senso comum e do folclore (Cf. Q11, §12; GRAMSCI, 2007) **para impulsionar o aperfeiçoamento intelectual, moral e cultural.**

Gramsci resgata a proposição marxista que o educador deve também ser educado. Pela sua visão absolutamente historicista reitera que os indivíduos mudam com as circunstâncias e que estas mudam com a formação do sujeito, alterando seu modo de ser e agir no ambiente.





↳ **Dando continuidade a essa discussão, em sua produção você aborda a relação entre hegemonia, educação e subalternidade na perspectiva de Gramsci. Qual o papel da educação na superação da subalternidade?**

A educação é indispensável nesse processo, porque possibilitaria o rompimento com o senso comum, fragmentado e marcado pela concepção de mundo dominante, pilar desse nosso sistema desigual, permeando a construção de outras relações e de uma vontade coletiva capaz de atuar de forma organizada na construção e luta por uma outra proposta de organização social, de Estado, de formas de fazer política, inclusive. **As classes subalternas, não detendo “as rédeas” da própria história, não são, de fato, autônomas, e a conquista dessa condição é essencial para o êxito de um processo de luta**, de disputa hegemônica para a posterior transformação da subalternidade.

A participação efetiva dos subalternos no processo revolucionário exigiria um amplo investimento cultural e educativo, uma verdadeira reforma intelectual e moral, para a construção da hegemonia capaz de superar a subalternidade. Por essa razão, Gramsci preocupa-se com a educação das massas, pensada como um instrumento político de ação social.

↳ **Gramsci é um autor conhecido no Brasil desde meados do século 20 e sua obra foi fonte de inspiração nas lutas por democracia no país. Nos últimos anos, Gramsci tem sido alvo de forças de direita e extrema-direita, as quais se utilizam da expressão “gramscismo”. Poderia abordar para nós alguns as razões dos recentes ataques à obra de Gramsci?**

Entre as razões, poderíamos apontar o desconhecimento, a deturpação de sua obra mesmo, além do oportunismo, porque o que chamam de “gramscismo”, é o que eles fazem, pautando um pensamento único como padrão, como neutro, como se houvesse neutralidade, rebaixando o termo “ideologia” ao pensamento equivocados, que é sempre o do outro, desqualificando toda forma de oposição e realizando a doutrinação em ideias simplistas, que não dão conta de

explicar as contradições sociais e toda desigualdade que nos abate.

O Gramsci é alvo, justamente pela potência de seu pensamento em desvelar a falácia da neutralidade e nos chamar ao compromisso de tomar

posição e ir a luta, porque, queiramos ou não, tudo que se pensa e faz ou está a serviço ou ao combate de uma visão de mundo e se discordamos desse mundo desigual, precisamos organizar uma outra sociedade, sob outros pilares.

↳ **Nos mantendo ainda na relação Gramsci e o Brasil. Visualiza em algum momento de nossa história a tradução de Gramsci na nossa prática educacional? Temos ou tivemos um ator gramsciano no campo da educação?**

Temos, muitos, vários sujeitos que ousam estimular o pensamento crítico, oferecer possibilidades e oportunidades de pensar e agir, todo dia, no chão da escola. Muitos estudiosos e pesquisadores que atuam na formação e nos movimentos sociais. Mas certamente, o que poderíamos considerar o mais ilustre ator gramsciano em educação, foi Paulo Freire. Gramsci constituiu-se em uma importante referência para Paulo Freire.

Paulo Freire considerava essencial educar para a decisão, para a responsabilidade social e política. Compreendia que a educação jamais é neutra e, portanto, exige posicionamento sobre a favor de quem se luta. A opção freireana era pelos “esfarrapados do mundo”, contra a desigualdade social. Desse modo, sua concepção educativa era radicalmente democrática em prol do que denominava “ética universal do ser humano”. Coerentemente, defendia a educação pública, a formação integral, sem separação entre saber intelectual e técnico, ancorada em um processo educativo democrático, que reforce a curiosidade crítica e a insubmissão. Profundamente contrário a uma concepção depositária, que denominou de “educação bancária”, Paulo Freire pregava o diálogo como um requisito indispensável a toda prática pedagógica e humana, por ser o modo como os indivíduos se humanizam e transformam o meio e a si próprios. **Talvez Paulo Freire tenha sido o mais gramsciano dos pedagogos e aprimorou suas ideias, nos deixando um legado enorme.**



Os Intelectuais e a Organização da Cultura

realiza penetrante e clarificador estudo de sociologia da natureza da função da atividade intelectual. Analisa também, ao lado da tarefa da classe em relação à intelectualidade, o papel dos intelectuais em face das classes que representam ideologicamente

porém repleto de

↪ **Gramsci não é um autor fácil de ser entendido, até porque parte importante de sua obra foi escrita no período em que esteve como prisioneiro político do fascismo italiano. Para aquele que quiser entender de modo sério um pouco mais sobre a obra deste importante pensador, que indicações faria?**

Realmente não é um autor fácil, pela própria produção gráfica fragmentada em cadernos escolares, que não tinham a pretensão de vir a público daquela forma, os escritos produzidos na prisão exigem mais do leitor. Felizmente, temos uma série de obras de importantes estudiosos e pesquisadores para auxiliar nessa empreitada. Recentemente saiu publicado pela Boitempo, pouco tempo depois da publicação italiana, o livro de Gianni Fresu, “Antonio Gramsci, o homem filósofo”, uma biografia intelectual, e é uma obra muito interessante para quem pretende conhecer a trajetória e adentrar no pensamento do autor. Assim como poderíamos citar outras obras importantes, de Gioavanni Semeraro, Marcos Del Roio, Álvaro Bianchi e Anita Helena Schlesener, só para falar de alguns. Além disso, o “Dicionário Gramsciano”, traduzido pela Boitempo, é fundamental para quem pretende caminhar pelo rico labirinto do pensamento do Gramsci.

↪ **Professora Deise, para finalizarmos nossa entrevista e agradecendo muito por sua contribuição, por que ler Gramsci hoje?**

Em linhas gerais, porque ele é atualíssimo, nos deixou um legado valioso, trazendo contribuições para inúmeras áreas, para ciências sociais, teoria política, história, crítica literária, antropologia, serviço social, educação e ainda se observa como um rico material para novas pesquisas alargando as interrelações possíveis em muitas áreas que se nutrem das problematizações. Sem dúvida, uma referência potente e fundamental, com seus inúmeros conceitos, categorias, reflexões e provocações, **para nos ajudar a pensar e agir sobre os problemas do nosso tempo.**

(06/08/2021)



ESPAÇO FALA ESTUDANTE

PANDEMIA DE COVID-19 E A EPIDEMIA DO ENSINO REMOTO

UM LUGAR DE FALA PARA O ESTUDANTE

Por Rainele Santos



“Se justificadamente objetamos, em nosso estado atual de civilização, que ele não preenche nossos requisitos de um sistema de viver que faça feliz, que admite muito sofrimento que se poderia provavelmente evitar, se, de modo implacavelmente crítico, buscamos expor as raízes de sua imperfeição, sem dúvida exercemos o nosso mero direito, não nos mostramos inimigos da cultura.”

- Freud, em *O mal-estar na civilização*
(1930, p.61).

Ser estudante em um momento tão atípico como esse, de caos sistêmico, parece ser mais uma medida contraditória e fragmentada do nosso tempo. Poder-se-ia tomar o caminho existencialista e fazer a seguinte indagação: O que é ser estudante? Ou melhor, o que é ser estudante na maior crise sanitária e hospitalar do século? Como e onde fica a educação no meio de uma crise tão intrínseca do sistema? Será que há espaço para educação em tempos remotos?

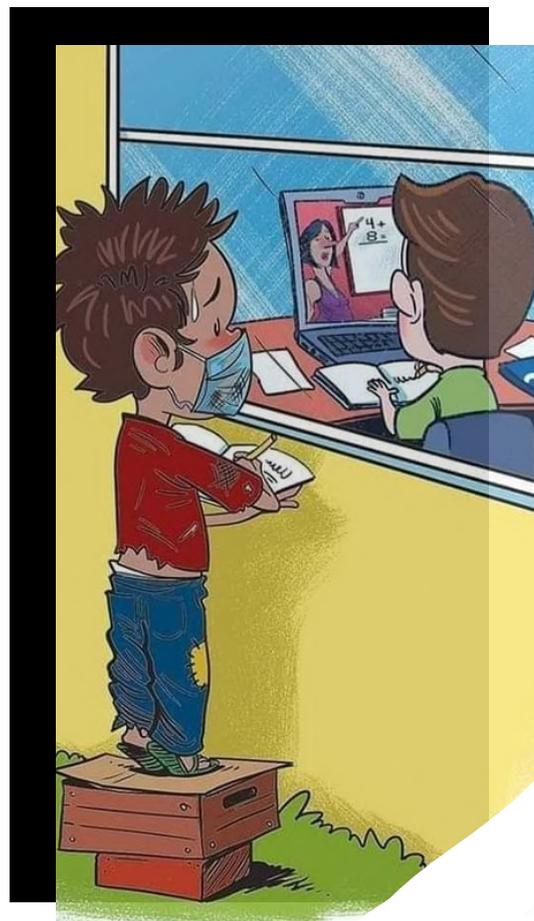


O espaço da educação e do estudante é algo que deve ser repensado, pois sabemos que este “novo” método de ensino, o ensino remoto, chegou aos nossos lares de forma precoce e sem aviso de quando irá embora. Por sermos de uma geração surgida em meio à predominância dos meios tecnológicos e meios técnicos que impulsionam a dimensão da comunicação e informação, no entanto, é obrigatório ressaltar que isso não quer dizer que todos os estudantes possam tomar um posto frente às tecnologias, a favor do ensino remoto.

As desigualdades sentidas de formas não planas nadam contra essa maré de que “todo jovem SABE e PODE usar uma rede de conexão”. Como se fosse uma situação simplória, e se fosse, não estaríamos aqui. Ultimamente o fator da conectividade é uma parte de um todo, dada à escala da problemática em que estamos vivendo. Não se trata apenas de ter acesso à rede mundial de computadores, mas sim, da qualidade de acesso à rede.

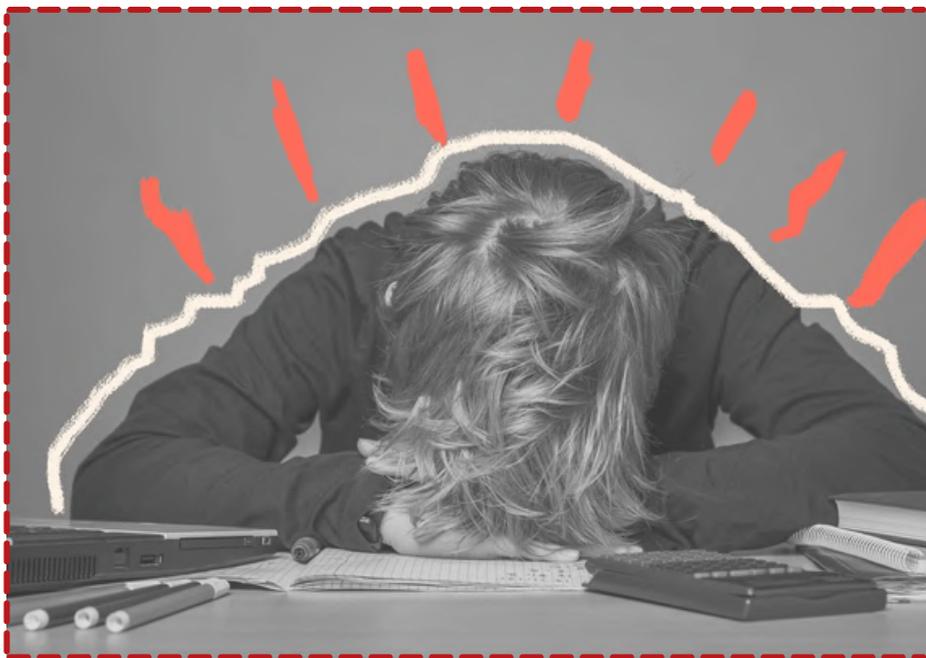
Não se trata apenas de ter acesso à rede, mas das condições do local de estudo. Não se trata apenas de ter acesso à rede, mas da saúde mental do jovem que é isolado na maior crise sanitária e social do país. Resumindo, não se trata apenas de ter acesso à rede! As condições de produção da vida intelectual dependem de diversos fatores que, muitas vezes, operam de maneira interseccional, como a própria conexão de rede, ambiente próprio para estudos, dispositivos eletrônicos, se o jovem exerce um trabalho para subsistência da família,

condição psíquica para atuar como estudante em meio de uma das maiores crises já enfrentadas neste século. A questão exposta aqui não é apenas da disponibilidade de um valor quantitativo para compra de chips ou equipamentos de internet, se o básico não for desempenhado. Como está a saúde física e mental do estudante? Como se manifesta as condições e dinâmicas familiares nesse tempo de crise aguda? Essas são perguntas fragmentadas de situações que precisam estar no topo da agenda educacional. Não há mais espaço para tratar os estudantes como reprodutores e máquinas programadas que não podem colapsar. Por isso, jogar ao acaso bens materiais para os estudantes (por mais que seja necessário) não resolve o problema estrutural que é enfrentado quando se refere à educação do país. É necessário, no mínimo, atuar para fornecer uma assistência de qualidade para os estudantes, pois essa ação tão cara para as instituições de ensino se manteve em falta na conjuntura atual.



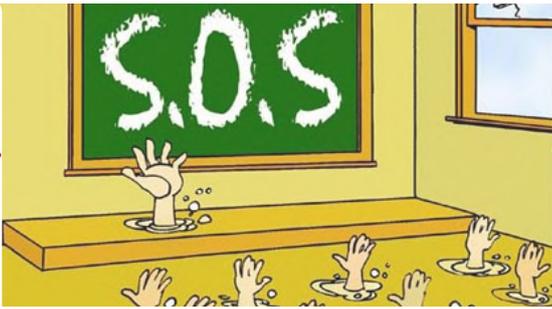
O que estamos vivendo em nosso período educacional não é um ensino remoto ou um EAD. Primeiro porque não é ensino algum, fomos obrigados a nos adaptar em abdicar de nossa humanidade e do ensino físico sem nenhuma passagem a vista de como isso ocorreria e nem de como poderíamos lidar com isso. Foi tudo às pressas, simplesmente para emitir um diploma e liberar os alunos para servirem ao sistema, ou seja, não houve ensino algum. A epidemia não foi apenas na saúde humana, ela também transpareceu na dinâmica de educação. Ademais, esse ensino é remoto para quem? Não é nenhum pouco racional chamar isso em que estamos vivendo de ensino, é mais uma medida desesperada para cumprir uma agenda sistêmica da qual não participamos, por mais que seja determinante para nossas vidas.

Um sentimento que se tornou natural para a maioria dos estudantes, professores e funcionários ao longo desse período tão extenso de isolamento e “ensino” remoto é o de abandono, e, com maior intensidade, quando não há percepção de futuro e melhora, em um cenário próprio a instabilidade, como esse em que está em curso. Existem retóricas, discursos e dispositivos (sociais e culturais) que criam “paisagens de sentimentos”. Com esse discurso vazio, que nós, estudantes, recebemos, não há como ter um sentimento positivo de qual caminho



tomará a nossa formação em um ensino que está sendo “empurrado com a barriga”, e cá entre nós, leitor, não é ensino algum. A partilha do sentimento de negligência sofrida pela comunidade de discentes, docentes e funcionários, acompanha o espectro de insegurança e desânimo com a própria formação acadêmica. Concomitantemente, os órgãos que deveriam proporcionar uma base para podermos transferir esses sentimentos - ao menos que fosse investindo a energia psíquica nos estudos e nos debates escolares - foram os mesmos que de certa forma acentuaram esses sentimentos de fuga, como o medo, gerando esses afetos que os estudantes tanto conhecem em meio a um ensino instável, a indeterminação do próprio curso estudantil. Essa estrutura enclausura a voz dos estudantes no ciclo de tomada de decisões. Mas é importante salientar que nós formamos uma parte do que é chamado de ensino brasileiro. Cada um faz parte desse todo!

À vista disso, torna-se considerável expor os agentes educacionais - instituições de ensino, MEC - e suas ações subsequentes em tempos de pandemia. Não é uma tarefa tão difícil assim ir até o site do MEC e procurar por ações tomadas na pandemia, mas a dificuldade se dá enquanto a dinâmica sai da teoria virtual, que está no site, e vai para as condições materiais dos estudantes. A maioria desses posicionamentos do MEC e “ações” que foram tomadas não chegou de forma horizontal em toda massa estudantil, ao contrário, se alguém sentiu a mão invisível do MEC, fale agora ou cale-se para sempre. É custoso identificar políticas públicas quando elas nem sequer existem concretamente.



A falta de investimento no ensino e em toda primazia educacional no Brasil demonstra que nós, que estamos inseridos em um Instituto Federal, não estamos ilesos a sentir essas consequências negativas em nossas vidas estudantis – por mais que tenhamos uma estrutura diferenciada de outras escolas, o que por si só já é algo lamentável. A massiva quantidade de atividade, e por consequência a pressão psicológica que vem como respaldo, não vem junto ao boletim escolar. O tempo que nós ficamos sentados em frente a uma tela apenas reproduzindo algo para o acaso, sem saber ao certo por qual razão estamos fazendo aquilo, também não é contabilizado como uma nova disciplina. O isolamento social e escolar que enfrentamos não é tão pouco exposto no SUAP. Ou seja, parece-me que agora em ensino remoto deixamos de ser seres humanos e passamos por uma transformação completa como máquinas. Então, quando afirmamos que o ensino remoto, por si só, é um impedimento para o aprendizado, que não funciona, é, no inconsciente, afirmar que esse sistema de ensino de forma sincrética, em sua totalidade, não está funcionando. E desde a Segunda Revolução Industrial esse modelo fordista da gestão educacional, pautado de forma racional, formal, mecânica e fragmentada, já estava fadado ao fracasso.

E o que cabe a nós, estudantes? Lutar? Mas lutar contra quem? Quais são os agentes disso? Será que é apenas no campo educacional? Eu acredito veemente que não. Em tempos de crise como esse, os investimentos na educação padeceram, e estamos abandonados ao acaso, tentando achar algo para nos ancorarmos. Mesmo em um “ensino” remoto, não há informação alguma para nós? E como lidamos com esse descomprometimento com a educação?

Essas são perguntas importantes que penso diversas vezes, não tenho resposta pronta e muito menos um manual para elucidar como iremos ultrapassar esse desensino e suas consequências. Mas tal como lutamos pela educação em 2019, podemos tirar forças de algum lugar que ainda nos resta e lutar por nossa educação agora, lutar por nosso direito como estudantes e atuar em conjunto com a instituição, e não como subproduto dela.



ESPAÇO FALA ESTUDANTE

"A ELITE DO ATRASO: DA ESCRAVIDÃO À BOLSONARO"

O autor Jessé Souza, graduado em Direito, mestre e doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília e Universidade de Heidelberg, na Alemanha, inspirado em Pierre Bourdieu, escreveu diversos livros no âmbito da sociologia, os quais abrangem o pensamento social brasileiro, além de estudos empíricos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo, entre eles, o mais recente e renomeado, *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Bolsonaro*, publicado inicialmente em 2017 e reeditado em 2019, pela Estação Brasil.

O livro faz uma crítica aos principais pensamentos teóricos que imperam no país desde a colonização e que persistem até os dias atuais,



RESENHA
CRÍTICA
Por Vitória Barca



com ênfase para os historiadores Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Gilberto Freyre, que embora buscaram compreender a formação do Brasil, tiveram em suas análises visões racistas e estereotipadas do povo brasileiro, colocando o Brasil na mais possível inferioridade. Além do mais, o autor revela a escravidão não como um simples termo, mas com a singularidade perversa que a norteia, o maior mal do Brasil, responsável pelos acontecimentos mais desumanos da sociedade brasileira. Último eixo trabalhado no livro é a respeito da “elite do atraso”, aquela que pratica a verdadeira corrupção, mas que, por um jogo político, é legitimada, apoiada pela grande mídia, pelos principais aparelhos ideológicos e justificada pelo paradigma racista.

Transcorre na jovem democracia brasileira o “jogo” do capitalismo financeiro, privatização da riqueza social, a domínio da elite, por conseguinte, o empobrecimento dos recursos sociais. A ideia persistente no senso comum é o Estado como o maior corrupto. Isso decorre da teoria de Sérgio Buarque de Holanda, o qual afirma em seu livro Raízes do Brasil, a existência do “jeitinho brasileiro”, suposto caráter comovente e emotivo, dito como “homem cordial”, isto é, a hospitalidade e o caráter emocional prevalecendo nas relações. A grande questão que Souza levanta acerca dessa teoria é o não questionamento da hierarquia social, porque só tem relações pessoais importantes quem tem capital econômico e cultural. Essa ideologia está em todos os âmbitos sociais, inclusive na política, e de forma distorcida, impõe ao Estado a culpa por todos os problemas sociais e poupa o mercado na mesma medida. Souza enfatiza que as pessoas tendem a acreditar nessa teoria por uma série de fatores, entre eles a estratégia

de dominação da grande mídia de transmitir a informação de modo inquestionável e irrefletido. De fato, não há uma compreensão dos reais problemas. As principais instituições – escola, igreja, mídia – reproduzem o pensamento elitista, então a teoria do Estado como único corrupto legitima a corrupção real da elite, ao ponto de as pessoas preferirem que as riquezas do país estejam nas mãos do capital privado e internacional. Portanto, o primeiro eixo levantado pelo autor é: O Estado pode facilitar a maior corrupção, por uma questão de dominação, mas o maior corrupto das riquezas sociais é a elite.



O culturalismo racista conservador, teoria mais abrangente no Brasil e elaborada por Gilberto Freyre, constrói uma continuidade cultural com Portugal, e além de acusar o Estado como corrupto devido a uma suposta herança de Portugal, esconde os efeitos da escravidão com o mesmo discurso. Souza analisou os livros de Freyre, *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, para exemplificar a situação dos negros além da visão do historiador. Ao contrário do que Freyre apresenta, Souza utiliza o termo “ralé brasileira” para se referir a uma classe condenada, que herdou o ódio, o descaso e a desumanidade por parte da sociedade, naturalizando uma política desigual e racista. O ódio enraizado ao pobre de hoje é continuidade do ódio ao antigo escravo. Não obstante, herdou a violência explícita, os lugares mais precários e os empregos mais explorados, submetidos a uma escravidão contínua no modo de produção capitalista.

O autor enfatiza que a existência dessa classe abandonada, a ralé brasileira, explica a situação social, política e econômica do Brasil. Não integrados socialmente no pós-abolição, foram e são, ainda, lançados a uma ordem social competitiva dentro de uma sociedade estruturalmente racista, que se manifesta,

principalmente, através dos sistemas judiciário, legislativo e executivo – que estão a serviço da elite e das classes médias – e por ação do braço armado do Estado nas favelas e periferias pobres, resultando em um cenário necropolítico.

Souza tenta explicar os conflitos de classe do Brasil Moderno a partir da socialização familiar primária e nega o fator econômico como principal – motivo pelo qual se contradiz ao longo do livro – colocando-os como um fenômeno sociocultural. A elite, detentora do capital e das relações importantes, age de modo que seu privilégio seja inato e merecido. A classe média, segundo o autor, é detentora do capital social – dividida em fração crítica, liberal, profascista e de Oslo – meritocrática por falência, tende a carregar o pensamento elitista como bandeira e quer distância da ralé brasileira. Essa, no que lhe concerne, não tem o privilégio de planejar o futuro, vende sua força de trabalho à elite, se recusando a fazer os trabalhos mais servis. Como se não bastasse, a classe trabalhadora é vigiada e distorcida pela mídia e se coloca como “empresária de si mesma”.

A classe média através de um pacto antipopular com a elite, tem sua consciência colonizada através da grande mídia, de modo





simbólico e convencido. A imprensa ocupa um papel essencial nesse esquema, privatiza a opinião pública, moldando e manipulando o pensamento brasileiro conforme a vontade da elite, e não propõe um debate consciente, assim como a igreja e a escola aplicam pílulas ideológicas diariamente nas mentes das pessoas.

O capitalismo financeiro não apenas domina o Estado e a política, como também faz a corrupção real, de forma invisível, das riquezas do povo, tal corrupção que a farsa da Lava Jato não fez questão de investigar, e que agora está concentrada nas mãos de 1% dos mais ricos. Com a superexploração das classes sociais, apreensão do Estado e criação de uma imprensa manipuladora, além de outros aparelhos ideológicos, a elite do atraso faz seu jogo.

Souza enfatiza a contribuição de alguns intelectuais brasileiros que construíram o conceito de



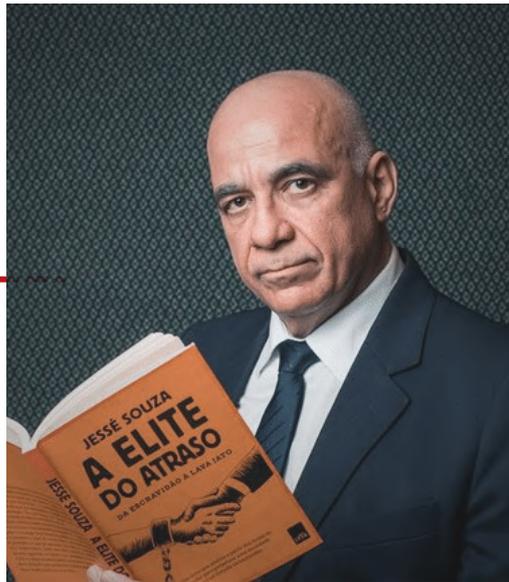
patrimonialismo e populismo, por serem incorporados pelas principais instituições a serviço da elite, que os usam para legitimação de suas ações corruptas. Não obstante, qualquer tentativa de melhoria para as classes populares, com a intenção de diminuir as distâncias sociais entre as classes foi, sem compadecimento, demonizada pela grande mídia, e o político que fizesse isso é acusado como populista, como foi o caso dos ex-presidentes: Getúlio Vargas e Lula. A classe média, com seu falso moralismo e meritocracia falhada, usa do seu ódio às classes populares para justificar que o pobre não sabe e nem deve votar. Um

dos maiores problemas desses discursos, que persistem na sociedade, é a substituição e o apagamento da herança escravocrata que o Brasil carrega, com essa normalização, a escravidão no Brasil adquiriu nova forma de se manifestar.

No posfácio, Souza relembra o contexto de 2018, a ascensão do fascista Jair Bolsonaro e o esquema entre o juiz Sérgio Moro e a Rede Globo, os quais levaram o ex-presidente Lula a uma sentença desumana. Se desafia a explicar as razões irracionais pelas quais Jair Bolsonaro foi eleito, decorre ao questionamento de como a maior parte da sociedade optou por um candidato que faz afeição a tortura ao invés de um suposto ladrão.

Em suma, o autor faz uma contribuição mais do que necessária diante de todos os paradigmas que dominam o pensamento brasileiro. Através de *A Elite do Atraso*, buscou desconstruir conceitos que foram criados para esconder o verdadeiro problema que está enraizado no Brasil – a escravidão.





Jessé Souza faz questão de criticar, mesmo que superficialmente, Florestan Fernandes, e ignora, de propósito ou não, outros intelectuais que também se propuseram a pensar o Brasil, tais como Caio Prado Junior, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, entre outros, pois ele o coloca como responsável pela grande descoberta, sabendo que ele não foi o único, por mais que seja um dos mais recentes. Além disso, Jessé se contradiz um pouco durante o livro, por uma crítica ao marxismo, ele tenta exemplificar que os maiores problemas do Brasil não estão ligados principalmente a economia política, mas ao trazer exemplos, cai em discordância com si mesmo.

A leitura de *A Elite do Atraso* é válida para todos que se propuserem a entender o Brasil para além do senso comum. A escrita de Jessé é acessível, portanto, é um livro que pode e deve estar no meio acadêmico, como também a estudantes e trabalhadores dos mais diversos campos e níveis.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: Da Escravidão à Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.



COLUNA POR JÚLIO ZANDONADI

PINTANDO MAPAS E GEOGRAFIA(S)

Este artigo de estreia de nossa coluna “*Pintando mapas e geografia(s)*” nos debruçaremos sobre os estudos que estamos realizando em âmbito espacial no Grupo de Pesquisa “GRAMSCHE”, mais especificamente na linha de pesquisa “Observatório das cidades litorâneas”. Os estudos realizados desde 2016 com estudantes do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática e no de Eventos, e estudantes do curso de graduação em Turismo, tiveram inicialmente como objetivo o mapeamento socioespacial dos municípios que compõem a região da Baixada Santista, no entanto, ao longo dos anos e análises, ganhou em complexidade e tornou-se um estudo sobre a periferização, segregação socioespacial e caracterização das cidades litorâneas do estado de São Paulo.



As análises realizadas até o ano de 2021, considerando dados do Censo-IBGE/2010, já que por conta de incapacidade técnica ou necessidade de ocultação de dados por parte do atual governo federal os dados não foram atualizados com a realização do Censo-IBGE/2020, já nos trazem bases à caracterização das cidades da Baixada Santista,

que, com exceção de Cubatão, as demais apresentam o mesmo padrão de segregação socioespacial imposta, isto é, a grande maioria dos moradores das cidades litorâneas tem possibilidades limitadas à escolha habitacional, ou seja, seus locais para moradia são limitados, com grande parte da população habitando as áreas continentais, enquanto

as áreas de orla são densamente ocupadas por edifícios e arranha-céus concebidos pelo capital imobiliário e usados com fim de reprodução desses capitais, via aluguéis permanentes, aluguéis de temporada, ou mesmo, permanecem vazios como instrumento da especulação e valorização imobiliária.



Ao abordarmos as limitações de possibilidades de escolha de local de moradia da grande maioria dos moradores das cidades litorâneas da Baixada Santista, por conta disso um contexto de segregação socioespacial imposta, estamos afirmando que há desníveis elevados no preço do solo urbano das áreas de orla e as áreas continentais, que associado à predominância da precariedade do trabalho e

baixos rendimentos de grande parte da população limitam o acesso desta as áreas de orla, então é um fato comum em Santos, Guarujá, São Vicente, Bertioga, Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe que as áreas continentais sejam mais povoadas que as áreas de orla, no entanto, tais cidades possuem mais particularidades em relação a esse contexto de separação residencial, que tem como motivação principal o viés

econômico, diante dos elevados preços dos apartamentos com vista para o mar e os limitados rendimentos da maioria da população dessas cidades. Outra particularidade importante e que caracteriza essas cidades e está intimamente associada à formação histórica delas é a presença massiva, nas áreas segregadas, de populações que se autodeclaram pardas ou negras.



Sobre isso não podemos dissociar o histórico de populações indígenas que foram escravizadas, exploradas, estupradas e exterminadas no Brasil Colônia e marginalizadas ao longo do desenvolvimento do Brasil “republicano”, sendo historicamente negada as suas matrizes indígenas e acesso à terra, o que de certo modo,

sinaliza a situação de pobreza que resulta nas limitadas opções de escolha de moradia das populações que se autodeclaram pardas. Outra característica fundamental para compreender a estrutura dessas cidades e esse contexto de segregação é que as cidades litorâneas foram as primeiras vilas e cidades ocupadas onde se formaria o estado de São Paulo, tendo a mão de obra escrava, de indivíduos sequestrados do continente africano, como o trabalhador que atuaram ativamente na construção destas cidades. Nunca é demais lembrar que essas populações de escravizados e seus descendentes foram historicamente excluídos do acesso à terra, a bens e serviços que o incluíssem à “cidadania capitalista”, que inclui aí a rendimentos que os possibilitem escolhas locais de moradias variadas.

Ainda no campo da caracterização dessa população que habita as áreas continentais das cidades litorâneas da Baixada Santista, o último aspecto que nos chama a atenção é a maioria

dos domicílios periféricos nas áreas continentais terem como responsáveis pelos domicílios as mulheres. Aqui entramos em um campo desafiador como pesquisador, por diversas condições, mas principalmente por não ter ciência do que é “ser mulher” em uma sociedade dominada por relações vinculadas ao modo de produção capitalista. Mas até o momento levantamos três possibilidades



a este predomínio de mulheres como responsáveis de domicílio nas áreas periféricas, levando em consideração que estas mulheres são em sua grande maioria autodeclaradas pardas ou negras, a primeira é o abandono parental, isto é, o abandono dos homens assim que as mulheres engravidam, ou mesmo pós-nascimento dos filhos, as segundas e terceiras possibilidades podem ser

consideradas vinculadas, vistas que são resultado de políticas públicas e sociabilidade realizadas no âmbito de uma sociedade em que o racismo está estruturado em suas entranhas, com a ação do braço armado do Estado e da “guerra” entre grupos nas periferias resultando em elevado número de homens negros e pardos entre os 17 e 35 anos, e por fim, ao encarceramento em massa, que no caso brasileiro, é um fato, já que, de acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, aproximadamente 30% dos indivíduos privados de liberdade não foram julgados nas instâncias que permitiriam tal privação, do total de encarcerados 70%



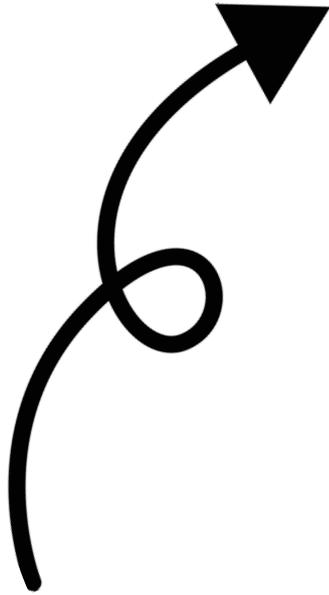
são indivíduos autodeclarados negros e pardos e, por fim, 40% dos encarcerados estão privados de liberdade devido a “porte de drogas”, ou seja, um “crime” carregado de subjetividade em sua caracterização.

Por fim, mas de modo não conclusivo, não podemos abordar as cidades litorâneas, principalmente as da Baixada Santista, devido a sua proximidade com a grande metrópole brasileira, sem abordar a dimensão do turismo, o que caracterizamos mais como “o turismo como fábula do

progresso”.

Diante de um enorme contexto de segregação imposta, periferias precarizadas, onde asfalto, escolas, postos de saúde e áreas de lazer são raridades, onde as populações estão cada vez mais imobilizadas tanto espacialmente, pela ausência ou elevado preço de passagens do transporte coletivo, pela ausência de assistência as mulheres responsáveis pelos domicílios, serviços básicos como creches e escolas de educação infantil, quanto também imobilizadas economicamente, devido a

ausência ou limitação de equipamentos de ensino e atuação do poder público com ações para geração de renda. É diante dessa conjuntura que se dissemina tanto na esfera pública como na esfera privada a ideia do turismo como a solução para o progresso, desenvolvimento e fim da pobreza, o que ao longo dos anos e através de um trabalho empírico não é difícil perceber que se trata de um discurso carregado de ideologia neoliberal e que serve, sobretudo, para ausentar de responsabilidade a esfera pública e os grandes conglomerados de capitais



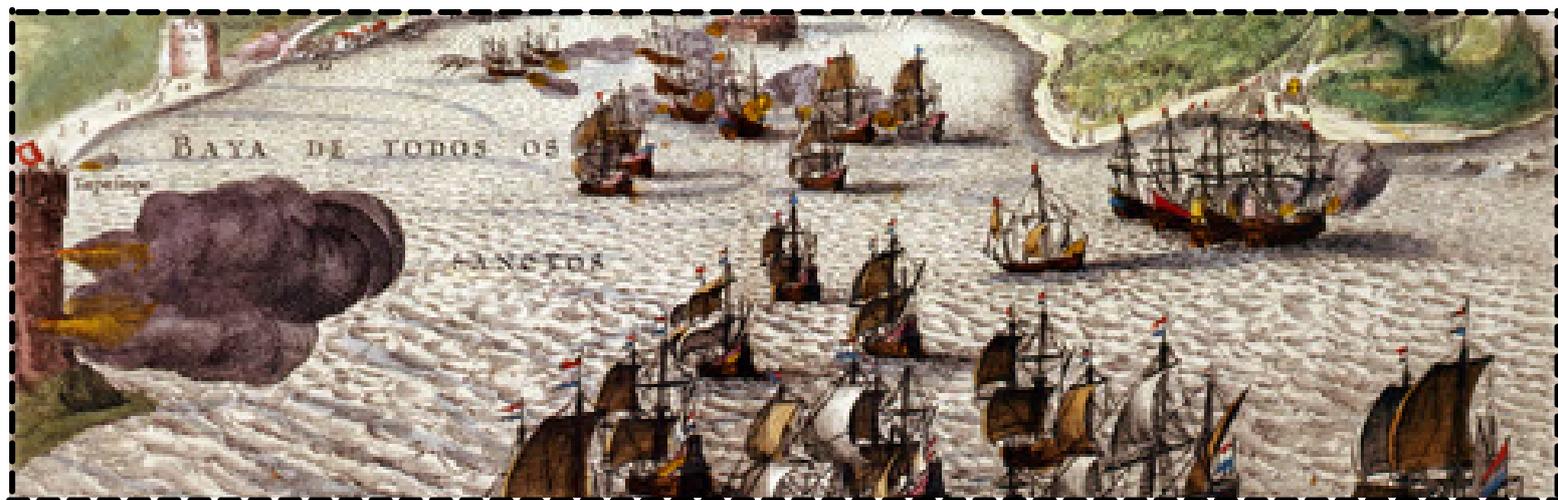
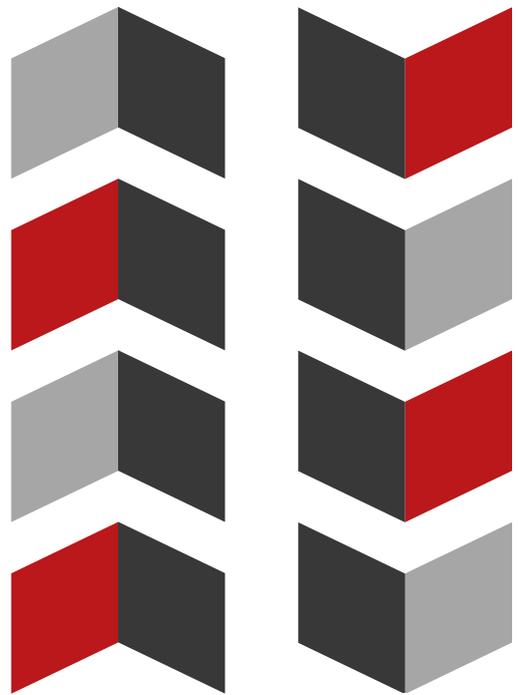
que atuam no turismo e culpabilizar o indivíduo por sua situação periférica.

Esse discurso alimenta a concentração de gastos públicos em estruturação, reestruturação de calçamentos, quiosques, avenidas, iluminação, etc., isto, ano a ano nas cidades com orla, enquanto as áreas continentais, onde habita a maior parcela da população, onde residem as famílias em situação de vulnerabilidade social, com moradias precárias, falta de saneamento em alguns casos, entre outros, áreas abandonadas historicamente pelas administrações públicas em nível municipal, estadual e federal. Outro caso é pensar o turismo no âmbito do

mundo do trabalho, isto é, quem é o trabalhador do turismo nestas cidades, em sua maioria é o trabalhador em uma situação perversa de precariedade, destaco o perversa, pois estamos diante de situações de trabalho piores do que a chamada “uberização”, pois são pessoas que dependem de ter um montante de recursos para adquirir mercadorias em hipermercados multinacionais e vender estas mercadorias na faixa de areia das praias, enfrentando dia e semanas de sol a pino e calor intenso. Isso para quem tem recursos para adquirir mercadorias, sabe-se que muitos adquirem empréstimos em financeiras para captar recursos e depois

comprar mercadorias para revenderem na faixa de areia, ou seja, remunerando, com juros abusivos, financeiras nacionais e multinacionais, e outra modalidade, que é um modo de “terceirização”, em que um proprietário de diversos “carrinhos” que atuam na faixa de areia e empregam e remuneram pessoas por dia, isto é, o ter ou não trabalho depende de tempo atmosférico favorável e ocorre em momentos limitados durante o ano, sejam em feriados e fins de semana, ou nos meses iniciais e finais do ano.

Para concluir, o chamado a uma teoria das cidades litorâneas brasileiras que foram as portas de entrada da colonização do país, da escravização, do genocídio indígena e têm essas marcas incorporadas em suas estruturas, onde parte da população, de acordo com a cor da pele e origem tem negado o direito a moradia, educação, saúde e trabalho digno, enquanto, por meio do discurso e marketing da cidade turística, os recursos públicos, midiáticos e históricos são apropriados e abastecem os cofres do capital imobiliário e corporativo.



COLUNA POR *VICTOR LOMNITZER*



TEATRO DO EGO



A reforma do ensino médio já chegou na escola privada e trouxe consigo mudanças que só o tempo poderá mensurar. Na escola pública a questão se torna muito mais complexa.

Aprender “Arte” na escola nem sempre é uma possibilidade para nossos estudantes, pois a maioria dos professores tem formação em artes visuais e a grade curricular do ensino médio trata esta disciplina sempre como uma matéria menos importante, lúdica, complementar, ou pior: desnecessária. Existem leis que deveriam ter sido implementadas há anos para que o aluno tivesse



o direito de escolher a linguagem artística de seu interesse. Leis que nunca foram levadas a sério pelos educadores desse país. O aluno que preferisse aprender dança, música ou teatro, deveria ser atendido por um profissional qualificado para ensiná-lo a se apropriar e fazer uso dessas modalidades de expressão artística, mas quais são as instituições de ensino que tem em seu corpo docente professores de arte com formação em

cada uma destas linguagens? Contratar 4 professores de arte para atender os alunos do ensino médio numa escola privada é muito mais que uma raridade, mas no ensino público é pura utopia!

Arte pra quê...? Precisamos de técnicos, de mão de obra barata, de trabalhadores que sirvam aos interesses da classe dominante, que garante para si o direito de optar pela vertente artística quando nota o mínimo talento em seus herdeiros. Ao acaso de algum concurso, uma escola pública até pode ter como professor de arte alguém formado em música, artes cênicas ou dança, mas as linguagens artísticas são tão distintas entre si, que nunca um professor poderá atuar nas diversas áreas do universo artístico com eficiência.

Arte pra quê...? Esta pergunta tem uma nova perspectiva a partir do que infelizmente, a reforma do ensino médio traz em seu bojo: a introdução de matérias eletivas em detrimento do conhecimento geral. Na escola particular, o “cliente” vai exigir uma formação integral, mas no ensino público, a lei é sempre observada no termo que a define e limita: “no mínimo”. A observação destas palavras embutidas nos parágrafos da reforma do ensino médio é o que assusta e, quem trabalha na rede pública sabe que a medida é sempre esta: “o mínimo”.

Desta maneira, sem o devido respeito e, por vezes, só para atender às exigências mínimas da lei, o ensino das artes cênicas poderá ganhar espaço a partir do formato de “matéria eletiva”, que não objetiva a complementação de um aprendizado, pois tem como efeito colateral a diminuição do campo reservado ao conhecimento geral, o qual será abruptamente reduzido para o estabelecimento deste modelo americanizado de ensino.

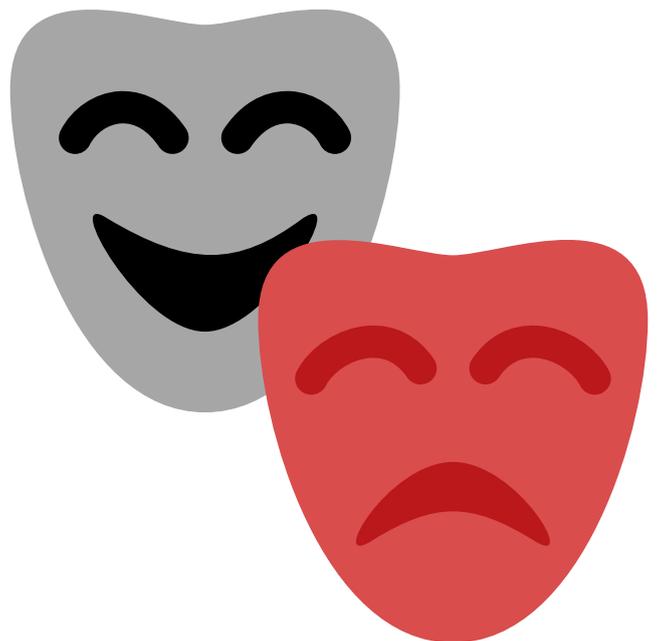




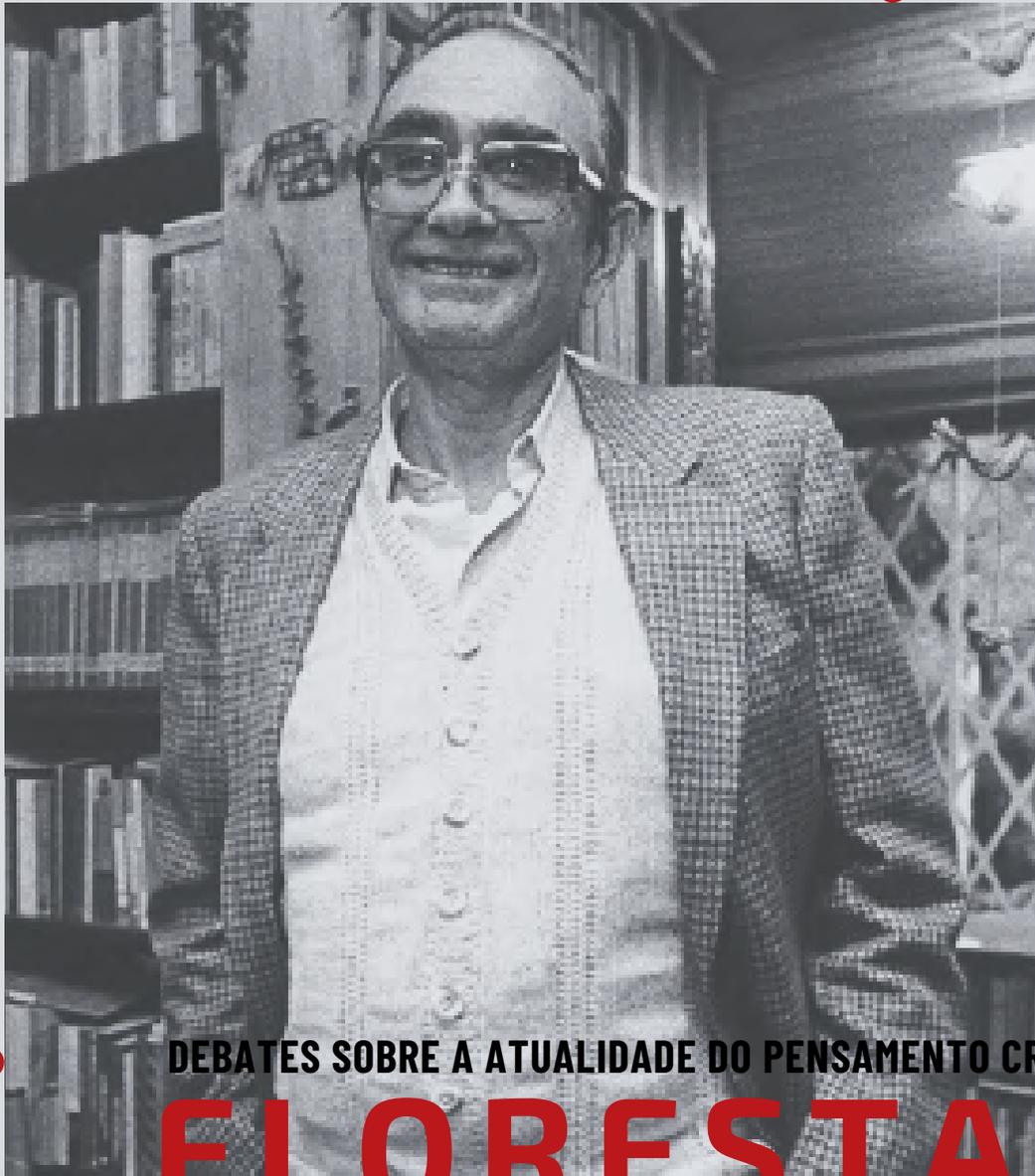
VICTOR RODOLFO LOMNITZER

Professor com licenciatura plena em Artes Cênicas e Bacharel em Comunicação Social. Lecionou História da Arte, ministrou cursos de teatro pela Cia Teatral Filiação Filantrópica no Instituto Federal de São Paulo – Campus Cubatão, onde trabalhou com recursos didáticos, produção cultural e audiovisual. Foi capacitador de professores pelo Gruhbas. Atualmente é professor de Arte no Colégio Presidente Kennedy, em Santos.

Por isso, é preciso muito cuidado para não haver deslumbre quanto ao ensino do teatro na escola. Geralmente o que se observa é um ensino voltado ao estrelato, inflando o ego daqueles que querem aprender a atuar, na esperança de gerar um ator global: um astro ou uma estrela, quando na verdade, o ensino da atuação teatral deveria estar pautado na eliminação do ego, para que o aluno pudesse entender a magia da construção das personagens a partir do zero, resguardando suas características pessoais para conceber as da persona que precisa criar. Esse processo, elaborado há anos e desenvolvido por mestres da dramaturgia como Augusto Boal, é o foco da verdadeira licenciatura teatral e possibilita ao aluno saber como é “ser” outra pessoa, “viver” outra realidade. A empatia é o efeito colateral, entender como os outros são e como se comportam, o aprendizado. Esta vertente não pode ser trocada pelo que podemos denominar como “O Teatro do Ego”, que ilude o aluno com falsas promessas de fama e estrelato.



NOSSA HERANÇA:



DEBATES SOBRE A ATUALIDADE DO PENSAMENTO CRÍTICO

FLORESTAN

FERNANDES

E AS FORÇAS QUE CONSTROEM O FUTURO

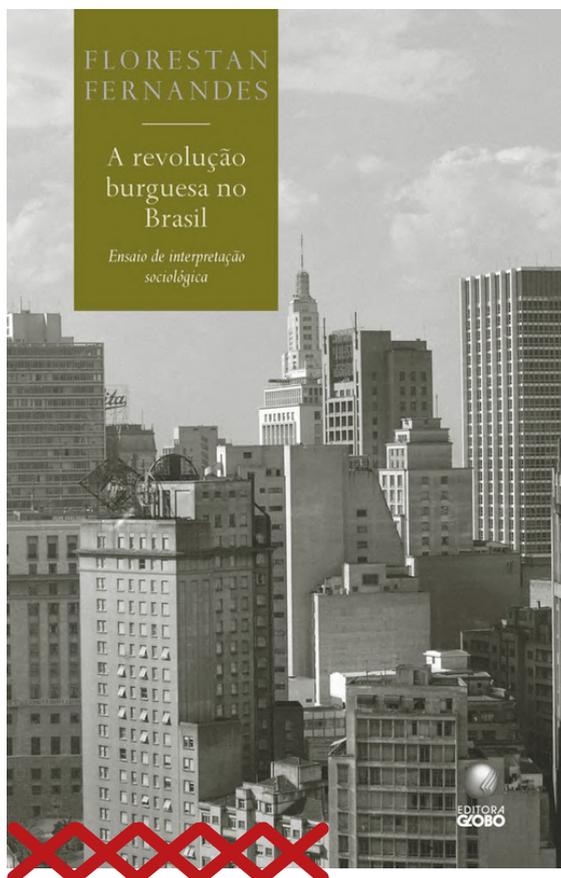
COLUNA POR *RICARDO LIMA*

Bela Vista, cidade de São Paulo, final da década de 1920. Um jovem engraxate, durante a noite em sua casa, está abrindo a costura de sua botina para instalar uma gilete em seu bico. Nos últimos dias tem sido intimidado por um líder de grupo chamado Papaiano, que ameaçava as crianças nas redondezas do bairro. O jovem engraxate precisava se defender para garantir o seu ponto de trabalho. Era muito pequeno para enfrentar Papaiano no mano-a-mano. No dia seguinte, lá estava o algoz do jovem engraxate para impor sua autoridade. Seguiu-se o ritual dos duelos de rua da época. Papaiano assalta o jovem, o encara e cospe no chão. O engraxate passa o pé por cima do cuspe. Papaiano passa a mão no nariz de sua vítima, que devolve o gesto. O algoz parte para cima, mas é surpreendido com um chute na canela. “Eu dei uma bela sova naquele camarada”. O jovem engraxate e autor da última frase é Florestan Fernandes, um dos principais sociólogos e intelectuais vindos da classe trabalhadora brasileira. Dos maiores que o Brasil já teve.

A universidade pública tornou possível ao jovem Florestan Fernandes canalizar toda a energia construtiva que demonstrara desde cedo. O ingresso no curso de Ciências Sociais da USP – formou-se em 1944 – e uma breve experiência como militante socialista nos anos 1940 agregaram novas armas de defesa ao outrora menino que lutava por seu trabalho e sobrevivência nas ruas de São Paulo. A trajetória de Florestan Fernandes, da criança ao adulto, simboliza o esforço e luta de milhares de jovens de ontem e de hoje para garantirem sua educação, elevarem seu nível cultural e conquistarem seu espaço na sociedade. Em sua obra como sociólogo e professor da USP, Florestan Fernandes trouxe muito de sua vivência pessoal e dos dilemas de uma São Paulo que representava exemplarmente no país a emergência do que ele chamava de ordem social competitiva, ou seja, a sociedade capitalista com sua nova divisão de classes.

Foi assim em suas pesquisas sobre o folclore em São Paulo, os índios Tupinambá e os negros. Interpretações sociológicas feitas pelo ângulo “dos de baixo”, por onde se percebe que a ordem legal feita para os privilegiados estava em contradição com as





Ao traçarmos um breve panorama do comportamento das classes dominantes no Brasil de agora, o que vemos? A pura busca pelo atendimento de seus interesses econômicos imediatos e o uso do Estado para esse fim. Limitação da democracia, privatização de setores estratégicos para a economia do país, cortes seguidos nos investimentos destinados à educação e saúde públicos, ataques a direitos históricos da classe trabalhadora, desmatamento desenfreado e descaso com o inenarrável sofrimento das vítimas da pandemia. As classes dominantes do país seguem seu compromisso com a garantia de seus interesses particulares, do agronegócio às altas finanças, impondo ao restante da população uma espécie de faroeste neoliberal em que cabe a cada um garantir sua própria vida. Trata-se de um comportamento patológico, de desvio de personalidade? Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*, nos fornece uma chave histórica para entendermos as decisões de classe “dos de cima”, as quais transcendem o perfil psicológico de suas lideranças políticas e empresariais.

condições de vida reais da imensa maioria. Daí a considerar que no Brasil só tenhamos chegado a formas de cidadania e democracia restritas, limitadas pela ampla desigualdade econômica, social e racial.

Mas a vasta obra de Florestan Fernandes não se restringiu ao estudo das condições de vida do conjunto dos grupos explorados e excluídos da ordem social competitiva. Para o contexto atual tem grande relevância teórica e histórica a análise que fez sobre o comportamento e ação das classes dominantes no Brasil. Isto foi muito bem realizado em sua obra principal, *A revolução burguesa no Brasil* (1975), síntese teórica de sua experiência humana. Obra escrita sob a vigência da ditadura civil-militar iniciada em 1964 e que buscava entender os fundamentos históricos desta e apontar as saídas para a classe trabalhadora e o conjunto das classes subalternas.



Para Florestan Fernandes, dois dos personagens fundamentais para a ruptura com o regime colonial e surgimento da ordem social competitiva no Brasil a partir do século 19 foram o imigrante e o fazendeiro de café. Mas a visão empresarial deles era restrita a interesses econômicos imediatos. Não tinham uma perspectiva ampla de mudanças que atendesse a seus interesses e a de outras camadas sociais, como os trabalhadores rurais e urbanos. Para Florestan Fernandes, a ação econômica destes agentes para garantirem seus negócios *foi uma força construtiva para implementação de uma economia capitalista no país* em meio a uma ordem senhorial e escravocrata estabelecida no regime colonial. Mas, ao mesmo tempo, o fazendeiro de café e o imigrante não se imaginavam e nem agiam como construtores de um novo mundo econômico e de uma nova sociedade. Não concebiam que seus interesses se ligavam a processos econômicos de longa duração e nem acalentavam o



desejo de representarem interesses nacionais. Era uma mentalidade econômica que visava apenas garantir seus lucros pela adaptação às condições sociais e econômicas do país.

O que Florestan Fernandes indicava com sua obra é que a nascente burguesia brasileira surgiu na cena histórica sustentando interesses de classe muito restritos e uma visão de mundo igualmente limitada. Características que também tinham sua explicação na herança do regime colonial, na permanência de relações de exploração arcaicas e na ação do imperialismo. A dependência externa da economia brasileira era um fator decisivo na maneira como a revolução burguesa ocorreu no Brasil, dificultando sua realização. Mas o fato é que a ação histórica da burguesia brasileira e do conjunto das nossas classes dominantes limitou-se à construção de uma ordem econômica capitalista. Quando a revolução – as mudanças profundas pelas quais passava a sociedade brasileira desde a Independência – precisou avançar no sentido democrático e de independência nacional, a burguesia brasileira recuou. Ela não aceitou que aqueles que foram submetidos a relações de dependência e escravidão no período colonial do Império e que a nascente classe de trabalhadores assalariados imprimisse sua marca na nova sociedade, na ordem social competitiva, *como força social construtiva na economia e na política do país*. Daí a razão de um menino engraxate entregue à própria sorte na capitalista São Paulo da década de 1920, berço da ordem social competitiva e espaço onde a revolução burguesa mais avançava no país, como descrevemos no início do texto.

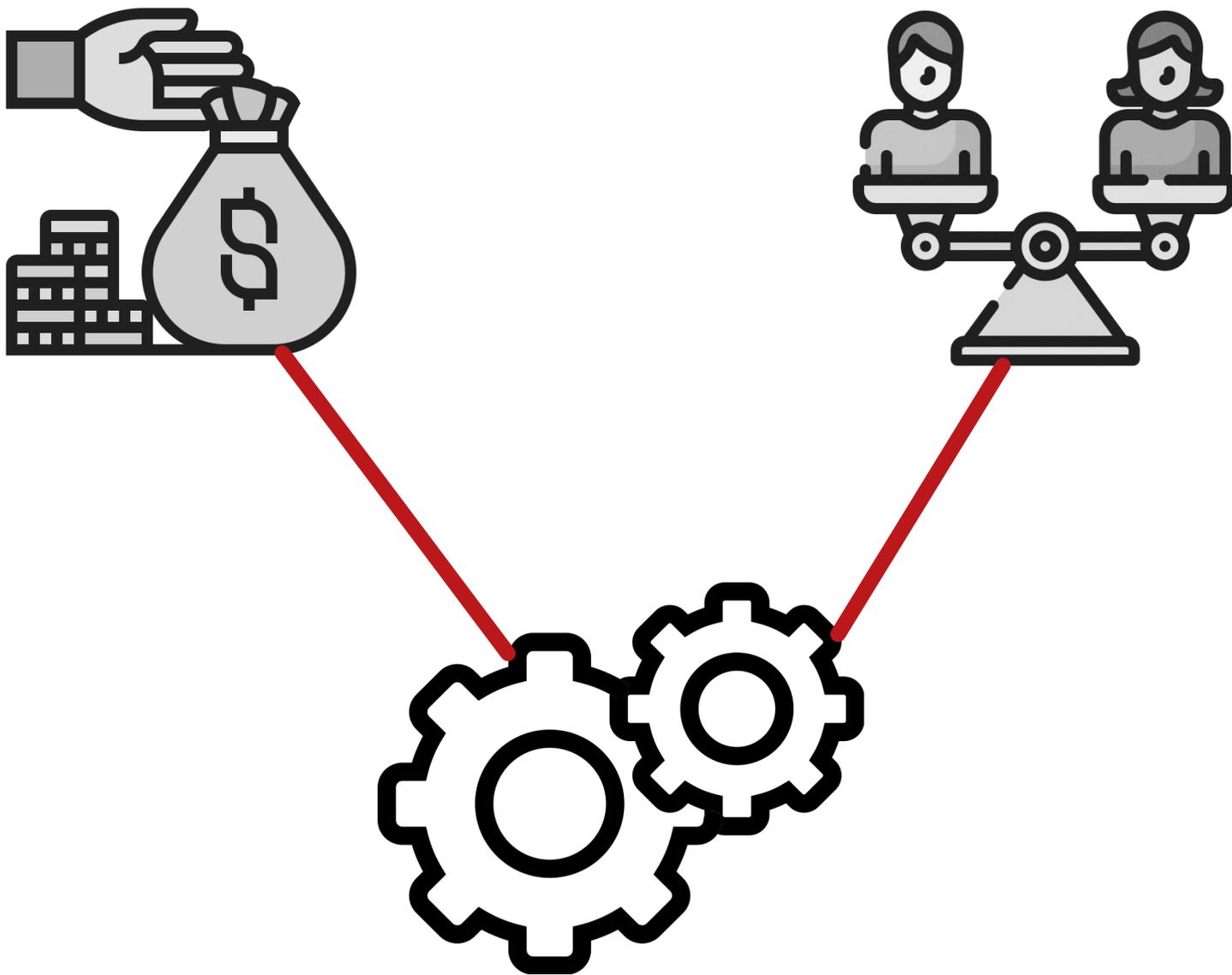
As consequências desse recuo histórico da burguesia também foram políticas. No século 20, frente o desafio de garantir o acúmulo de capital equilibrando-se entre herança escravista, dependência externa e pressão da nova classe trabalhadora, a solução política foi a constituição da autocracia burguesa, do Estado autocrático, não da democracia liberal-burguesa. O poder autocrático burguês garante a defesa dos interesses exclusivos das classes dominantes (grandes proprietários de terra, empresários da indústria e do setor financeiro) ao mesmo tempo em que impõe limites à participação democrática nas escolhas políticas e no destino do país. Veja-se

como exemplos as restrições impostas ao direito de voto em vários momentos no século 20. Foi assim nas ditaduras deflagradas em 1937 e 1964. Nos momentos de eleições livres, o poderio econômico e a influência sobre a grande mídia pesaram a favor “dos de cima”, como nas eleições presidenciais de 1989 – situação posterior ao momento em que o autor escreveu *A revolução burguesa no Brasil*, mas, acreditamos que coerente com a sua interpretação. Segundo Florestan Fernandes, a autocracia burguesa tanto assumiu uma forma dissimulada, com aparência democrática, entre 1945-1964, como a de uma ditadura aberta, com tendência ao fascismo, no pós-1964. Ao não se constituir como o sujeito histórico da revolução nacional e democrática, a burguesia foi determinante para que a revolução burguesa se convertesse em revolução interrompida, dando início ao período da contrarrevolução. Essa classe social vai deixar de ter o papel de força social construtiva que teve no passado, atendo-se apenas à continuidade e expansão da ordem econômica capitalista no país.

Há exatos 26 anos, em agosto de 1995, quando Florestan Fernandes faleceu, a contrarrevolução avançava por meio da implantação das políticas neoliberais no país, opção das classes dominantes no país para se adequarem ao “mundo globalizado” – expressão muito comum à época. Com a promulgação da Constituição de 1988, a luta de classes no Brasil se desenvolveu a partir da oposição entre contrarrevolução neoliberal (privatizações, financeirização da economia, reestruturação produtiva e ataque aos direitos das classes trabalhadoras) e a defesa de reformas progressivas possibilitadas pela nova Constituição com a luta por ampliação de direitos e políticas sociais, combate à desigualdade, reforma agrária, saúde pública universal (SUS), educação pública de alta qualidade, democratização dos meios de comunicação, etc. Em suma, nas reformas progressivas teríamos o aprofundamento da democracia burguesa, a revolução dentro da ordem sempre recusada pela burguesia brasileira. O próprio Florestan Fernandes fez parte desta luta como deputado federal pelo PT entre



1986 e 1994. Como socialista, a perspectiva dele era pela revolução contra a ordem, a ser conduzida pelas forças do mundo do trabalho com o objetivo de superar a ordem social competitiva do capitalismo.



A revolução contra a ordem não foi a pauta dominante no mundo do trabalho nas últimas três décadas e hoje a contrarrevolução neoliberal trouxe novamente o fascismo como alternativa e solução de continuidade para a reprodução da ordem econômica capitalista – por mais deletéria que ela se apresente para o mundo do trabalho e o meio ambiente. Quais são as forças construtivas que apontam saídas para este problema e alternativas realmente humanas de vida social? Como garantir que os jovens engraxates de hoje não fiquem eternamente entregues à própria sorte na luta pela vida? Por meio de nossa ação educacional, de nossas pesquisas e da luta pela defesa educação pública, eis nosso papel nos Institutos Federais e demais instituições que cumprem papel público e vinculado aos interesses do mundo do trabalho.

Ricardo Rodrigues A. Lima (Professor de sociologia do IFSP-Campus São José dos Campos e pesquisador do GRAMSCHE)

** a nota biográfica feita no início do texto encontra-se na entrevista dada por Florestan Fernandes à revista Escrita/Ensaio, n.8, 1980.*



NOTAS E DADOS SOBRE A VIDA DA CLASSE TRABALHADORA

A REFORMA TRABALHISTA E SEUS EFEITOS

Em 13 de julho deste ano completaram-se quatro anos da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/17). À época, seus defensores no governo, no parlamento e na grande imprensa argumentavam que a reforma era condição necessária para “a economia crescer e gerar mais empregos no país”. Em 2017, ano de implementação da Reforma Trabalhista, a taxa de desemprego estava em 12,7% da população economicamente

ativa, cerca de 13 milhões de pessoas desempregadas. Em julho de 2021, segundo o IBGE, o índice de desemprego é de 14,7%, cerca de 14,761 milhões de desempregados. Síntese dos quatro últimos anos sob a vigência da reforma: menos direitos trabalhistas, precarização dos postos de trabalho, enfraquecimento dos sindicatos e aumento do desemprego.

MORTES ENTRE TRABALHADORES/AS DA EDUCAÇÃO AUMENTOU EM 2021

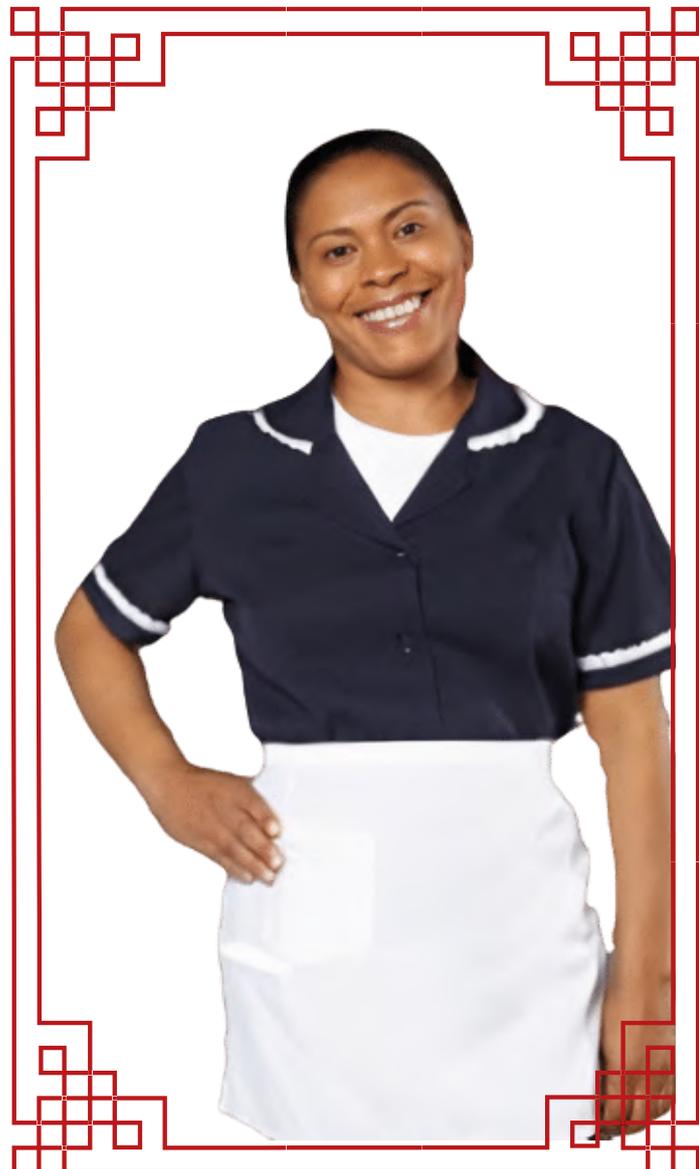
Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a área de educação foi a quarta com maior registro de contratos formais extintos em razão do falecimento de trabalhadoras e trabalhadores nos primeiros quatro meses de 2021. Houve 1.479 desligamentos por morte entre janeiro e abril de 2021, crescimento de 128% em relação ao mesmo período do ano anterior. No estado de São Paulo houve 210 desligamentos por morte entre janeiro e abril de 2020 e 531 desligamentos para o mesmo período em 2021. Levando-se em consideração os dados nacionais, o maior aumento ocorreu entre professores/as com ensino superior que lecionam para o ensino médio (258%) e professores/as de nível médio que atuam na educação infantil e fundamental (238%). Estamos seguros para o retorno às aulas presenciais?

Fonte: DIEESE. Boletim: emprego em pauta. n.21. Jun.2021. <https://dieese.org.br>. Acesso em: 01 ago.2021.

TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES

Segundo dados da Pnad Contínua, do IBGE, entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2020, o número de ocupados no Brasil decresceu de 94,5 milhões para 86,2 milhões. Os ocupados em trabalhos domésticos passaram de 6,4 milhões para 4,9 milhões. As mulheres representam mais de 92% da força de trabalho ocupada com trabalho doméstico, a maioria tem entre 30 e 59 anos de idade. Mais de 65% são negras. 3,4 milhões delas sem carteira de trabalho. O rendimento médio mensal das trabalhadoras domésticas caiu de R\$ 924 para R\$ 876 entre 2019 e 2020. A média da jornada semanal de trabalho entre elas foi de 52 horas em 2019 (Lembremos que desde o século 19 a classe trabalhadora luta por uma jornada de trabalho diária de 8 horas e de 44 horas semanais, no máximo!). A maioria das trabalhadoras domésticas no país são chefes de família. Como podemos adjetivar o capitalismo brasileiro?

Fonte: DIEESE. Trabalho doméstico no Brasil. <https://dieese.org.br>. Acesso em: 02 ago.2021.



VARAL DE POESIA

S U I C Í D I O S O C I A L

DE VICTOR R. LOMNITZER

Aruanas disse tudo
Mas o povo fica mudo
Gabriel o pensador
Até morreu de tanta dor

Motoqueiro feito gado
Alienado, aglomerado
Vê o governo americano
Admitindo o seu plano
Mas só fala do cubano
E do mal venezuelano...

Cada índio envenenado
Cada corpo enterrado
Cada árvore tombada
Cada dose adiada
Me matou devagarinho
Me deixou aqui sozinho

Sobrevivo a um vírus
Mas já não me sinto vivo
Um abraço neo.nazista
Não permite que eu
exista...
Nessa terra em que o rei
Diz pro povo: caguei!

O isolamento foi mortal
Acho até que sumi...
Um suicídio social
Me matou e eu nem vi